

# Negri leitor de Marx: trabalho imaterial e multidão

Clarisse Gurgel\*

Alexandre Pinto Mendes\*\*

**Resumo** O artigo pretende analisar um aspecto central da leitura de Marx por Negri, desde os trabalhos publicados no final dos anos 70 até hoje. Problematizamos, em especial, a leitura do “Fragmento sobre as Máquinas” dos *Grundrisse*, no qual aparece a noção de General Intellect. Discutiremos em que medida a liberação do trabalho e a constituição de redes de cooperação, geradas pela automatização da produção, são índices de um potencial de resistência do trabalho vivo, como reivindicado por Negri. Esperamos que esta análise contribua para esclarecer as especificidades do conceito negriano de multidão, já que o próprio teórico italiano procura designá-lo como um conceito de classe.

**Palavras-chave** Negri; Marx; trabalho; resistência; multidão

## Negri reader of Marx: immaterial labour and multitude

**Abstract** The article aims to analyze a key aspect of Negri’s readings of Marxian texts, from the studies published in the late 1970s until today. We problematize, in particular, the interpretation of the "Fragment on Machines", the passage of the *Grundrisse* notebooks in which the notion of *General Intellect* first appears. We will discuss to what extent the liberation of work and the establishment of cooperative networks, generated by the automation of production, indicates a resistance potentiality of the labor force, as claimed by Negri. We hope this analysis will help to clarify the specificities of Negri’s concept of *multitude*, as the Italian theorist himself designates it as a class concept.

**Keywords** Negri; Marx; labor; resistance; multitude

## Introdução

Paris, 1978. Num contexto de revisão e autocrítica quanto aos rumos do movimento operário

---

\* Mestre em Ciência Política (IUPERJ). Doutoranda em Ciência Política pelo IUPERJ. Rua Joaquim Murinho, 71, apto 301, Santa Teresa, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20241-320. Email: [clarissegurgel@yahoo.com.br](mailto:clarissegurgel@yahoo.com.br).

\*\* Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado (PUC-Rio). Doutorando em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-Rio. Rua Joaquim Murinho, 71, apto 301, Santa Teresa, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20241-320. Email: [alexandrepmendes@yahoo.com.br](mailto:alexandrepmendes@yahoo.com.br)

revolucionário, avaliava-se que os maiores e mais tradicionais partidos europeus – comunistas e social-democratas – haviam se tornado verdadeiros obstáculos para o desenvolvimento das lutas operárias. Serão estas organizações o principal alvo de crítica das novas correntes de militantes que, no pós-68, denunciavam o abandono da tática insurrecional e a inflexibilidade diante de novas lutas contra as diversas opressões, especialmente as de gênero, raça e orientação sexual.

É neste cenário que Antonio Negri, então militante e teórico do autonomismo operário italiano foi convidado por Louis Althusser para oferecer aos parisienses uma série de conferências sobre os *Grundrisse* de Marx (1857-58). Texto que viera a público integralmente apenas na década de 1940, mas que logo foi reivindicado, sob diferentes aspectos, pela esquerda que se contrapunha às concepções e táticas dos partidos e das direções sindicais stalinistas e social-democratas. A chamada esquerda “extraparlamentar” italiana, da qual a Autonomia era uma das vertentes, vinha de um ciclo de lutas de cerca de 20 anos, impulsionado justamente pelas sucessivas rupturas com o PCI e com o PSI. Para os que ainda se viam na condição de militantes comunistas revolucionários, estas rupturas buscam se afirmar, no plano teórico, como revisão dos postulados que sustentam a leitura oficial do marxismo, e como incorporação de novas teorias para dar conta do que seria a nova composição de classe do trabalho.

Neste sentido, a leitura e interpretação dos *Grundrisse*, tal como foi realizada por Negri, representava a abertura de uma possível “janela teórica” para entrar e sair do marxismo, sem se comprometer inteiramente com as novas teorias, nem tampouco abandonar por completo este referencial. De um lado, não se tratava de negar integralmente o instrumental teórico que servia e serve de referência para operários em luta no mundo todo, inclusive na Itália dos 1970 (NEGRI, 1991, p.17)<sup>1</sup>. Por outro, buscava-se abranger no plano teórico as novas lutas, que por sua raiz não-operária tendiam fortemente a não se compreender como estando em antítese ao capitalismo. Deste modo, nosso objetivo neste trabalho é compreender e avançar naquilo que parece ser o centro das reflexões de Negri, no que poderíamos chamar de sua contínua pretensão de “oxigenação”, pela janela aberta, do marxismo: a busca da definição do sujeito revolucionário de nosso tempo.

Elegemos o texto que foi editado com base nos seminários de 1978, *Marx além de Marx*, como literatura fundamental para compreendermos a origem do conceito de trabalho imaterial, tal como entendido por Negri, e sua relação com o *General Intellect*, tal como desenvolvido por Marx, nos *Grundrisse*. Estes dois conceitos – trabalho imaterial e *General Intellect* – serão as notas fundamentais da definição do sujeito revolucionário em Negri. Por isto, em seguida, comparamos esta visão com as recentes produções sobre o tema do trabalho imaterial e sobre a multidão, nas quais a filosofia francesa contemporânea e a filosofia da linguagem “entram” definitivamente pela janela do marxismo de Negri. Por fim, discutiremos criticamente as mudanças que ocorrem na definição do sujeito revolucionário nos dois momentos (1978 e contemporâneo), pautando a necessidade de se repensar a experiência dos partidos revolucionários sem jogá-la fora, para além das ambigüidades anti-partidárias que as leituras nos sugerem.

## **Compreendendo as Lições de 1978: da Subsunção Real ao *General Intellect***

Se nos é permitido caracterizar de modo geral as *Lições* de Negri sobre os *Grundrisse*, podemos

---

<sup>1</sup> Para Negri o problema não era ser fiel ou não a Marx, e sim recuperar a potência revolucionária de seu pensamento, algo que a leitura dos *Grundrisse* permitiria.

dizer que se trata de uma sistematização do material teórico produzido pelo operáismo italiano na década de 1960, depois incorporado à tendência autonomista<sup>2</sup>. O objetivo de Negri é bem claro, desde o início: encontrar, em Marx, a referência fundacional para uma teoria do desenvolvimento autônomo da subjetividade proletária, ou uma teoria da auto-valorização proletária. Em termos práticos, embora Negri realize constantes referências a outros intérpretes, como Rosdolsky e Vygotskij, não se trata de um confronto exegético – ou filológico, como prefere o autor – mas de uma luta para *criar* um novo fundamento. Novo fundamento, para o novo movimento: a autonomia operária.

Este material a que aludimos utiliza como base, além dos *Grundrisse*, o manuscrito escrito em 1864, que constituiria o capítulo VI do Livro Primeiro do *Capital*<sup>3</sup>. Ali se define a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital, tema caro aos militantes italianos da época. Em síntese, o texto de Marx procura distinguir duas etapas históricas: a primeira na qual o capital se apropria do processo de trabalho legado dos modos de produção anteriores, e a segunda na qual

“O desenvolvimento do poder produtivo do trabalho socializado, em oposição ao trabalho mais ou menos isolado do indivíduo, etc., e, juntamente com isto, a *aplicação da ciência*, este *produto geral* do desenvolvimento social, ao *processo de produção direta*, tem a aparência de um *poder produtivo do capital*, não do trabalho, ou aparece apenas como um poder produtivo do trabalho enquanto idêntico ao capital, e em qualquer caso não aparece como o poder produtivo seja do trabalhador individual, seja dos trabalhadores reunidos no processo de produção. A mistificação subjacente à relação-de-capital em geral é agora muito mais desenvolvida do que era, ou poderia ser, no caso da subsunção meramente formal do trabalho sob o capital” (Fonte: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/economic/index.htm>):<sup>4</sup>

O conceito de subsunção real é assimilado na literatura operaísta e ampliado pela idéia de “fábrica social”, desenvolvida por Mário Tronti: “quando a fábrica se apodera de toda a sociedade – toda a produção se converte em industrial – os traços específicos da fábrica se perdem dentro dos traços genéricos da sociedade”. (TRONTI Apud ALTAMIRA, 2008, p. 135). Para Tronti e seus companheiros, a fábrica social significava tanto a ampliação da extração de mais-valia para fora dos limites da fábrica (no processo de circulação) quanto à difusão de comportamentos, necessidades e práticas de luta operárias a setores não-proletários, como seria, por exemplo, o caso dos estudantes a partir de 1968. Mais ainda, representava a emergência de um novo sujeito político: o operário-social. Não necessariamente incluído na relação assalariada formal, mas diferente do que seria um soldado do exército de reserva industrial, vez que se recusava a – ou, em função da automatização da produção, não tinha perspectivas para – trabalhar nestes moldes. Recusa lida pelos operaístas como afirmação de uma subjetividade verdadeiramente antagonista ao desenvolvimento do capitalismo.

---

2 Referimo-nos aos trabalhos de Renato Panzieri, Mario Tronti e Sérgio Bologna. Para uma indicação bibliográfica mais detalhada, acompanhada de uma análise do contexto histórico, ver ALTAMIRA, 2008

3 A versão a que tivemos acesso foi a disponível no Arquivo Marxista da rede mundial, no endereço <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/economic/index.htm>.

4 Trata-se de tradução livre feita a partir do texto de Marx, extraído da edição eletrônica disponível na página referida na nota.

A análise dos *Grundrisse* fornecerá o material desejado para caminhar na direção subjetiva do processo, ou seja, a definição do sujeito revolucionário. Para ir além de Marx, como propõe, Negri constantemente projetará esta direção sobre o texto, independentemente dos planos de Marx: os *Grundrisse* serão lidos como trabalho essencialmente político, e a isto se deveria sua pouca conclusividade do ponto de vista econômico. O trabalho incessante de Marx durante a crise financeira de 1857-58, relatado na sua correspondência com Engels, visaria não tanto à totalização da crítica da economia política, mas, sobretudo, à demonstração da iminência da destruição do capital pela explosão de suas contradições, bem como a definição subjetiva do comunismo<sup>5</sup>.

Eis porque, segundo Negri, começar o manuscrito pela análise do dinheiro expressa o desejo de Marx de enfrentar, desde o início, as visões correntes sobre a crise, em especial as de Proudhon e as de Alfred Darimon. A crise aparece a estes dois autores como crise monetária, acarretando oscilação abrupta do preço das mercadorias. De acordo com Negri, Marx tenta demonstrar que se trata, na verdade, de uma crise nas relações sociais, entre trabalho necessário e mais-trabalho, revelando-se espacialmente (crise comercial) e temporalmente (crise cíclica). Quando irrompe a crise, a natureza das relações sociais capitalistas fica à mostra, operando-se uma interrupção na função fetichista do dinheiro de expressão abstrata do valor, indispensável em um sistema de valor de troca. Quebra-se a unidade artificial que a expressão monetária de valor permitia realizar entre o valor das mercadorias e o valor da força de trabalho, permitindo que esta última se reconheça em sua especificidade própria, não-objetificada e, portanto, subjetiva, de ser fonte *criadora* do valor. É neste fenômeno que Negri vê potencial de luta<sup>6</sup>: “*a crise mostra o que o dinheiro é [...]: uma categoria de mediação do antagonismo social*”<sup>7</sup>. A alternativa burguesa para a crise será justamente a passagem da subsunção formal à real: a socialização cada vez maior do processo de produção em moldes capitalistas, o que se traduzirá na transformação do dinheiro de meio de troca a meio *par excellence* da circulação de capital, capaz de auto-valorizar-se, e isto no contexto cada vez mais amplo do mercado mundial<sup>8</sup>.

A passagem da análise do dinheiro para a análise do capital, no entendimento de Negri, representará um deslocamento na direção e no ritmo ditado pelo antagonismo fundamental. O primeiro, porém decisivo, passo de Marx será a crítica da teoria clássica do valor, pela formulação da teoria da mais-valia (NEGRI, 1991, p.9). Mas Negri insistirá no fato de que é possível ultrapassar a definição marxiana “restrita” de trabalho produtivo, enquanto criador de valor, através do conceito de valor de uso *para o trabalho*. No processo de produção capitalista, a força de trabalho é valor de uso imediato para o trabalho, ao passo que o capital a transformará coercitivamente em valor de troca, dirigindo a energia vital para a produção de mercadorias sob

---

5 Rejeita-se, com isso, a leitura de Rosdolsky que, primando por uma visão de conjunto da obra e da correspondência de Marx, entendia que os *Grundrisse* eram apenas um esboço do *Capital*; um passo importante no terreno da economia, mas não decisivo.

6 No entanto, como Negri reconhece, o próprio poder simbólico do dinheiro é capaz de servir de mediador de tal antagonismo, impedindo a abertura de uma situação revolucionária, dando ensejo a uma “sobredeterminação”, tornando-se explicitamente uma função de comando e autoridade sobre o trabalho. De todo modo, a partir desta pluralidade de alternativas à crise analisadas no capítulo do dinheiro, Negri dirá que a dialética de Marx: “não é a Hegeliana, da necessária mediação, nem a proudhoniana, da lei do valor, mas é a lógica do antagonismo, do risco, da abertura. O símbolo pode se tornar sujeito, o valor pode se tornar comando, a sobredeterminação pode quebrar a dialética e ser a força com o poder e o comando”. Idem, p. 31.

7 A crise não é, portanto, resultado da imperfeição nos meios de circulação num regime de equivalência, que demandaria reformas, especialmente a partir do Estado, como queriam Darimon e Proudhon. Cf. NEGRI, Antonio. *Marx beyond Marx*, p. 28.

8 O dinheiro tem, ainda, papel *reprodutivo*, pois se comporta tanto como síntese de circulação e produção, quanto submete as formas institucionais da sociedade democrático-burguesa ao sistema do valor de troca. Cf. MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. p. 179 [152-153].

seu comando (NEGRI, 1991, pp. 67-68). Contudo, dirá Negri, como este valor de uso para o trabalho com ele permanece em oposição ao capital, a tendência é que o capital busque se apropriar dele ininterruptamente. Deste modo, a extração de mais-valia não estaria restrita ao processo de produção, incluindo também o processo de circulação e, com isso, a sociedade como um todo (subsunção real). Podemos então, para expor o argumento negriano, enunciá-lo da seguinte maneira: em qualquer ponto do processo global da sociedade capitalista, dada a necessária oposição e separação entre força de trabalho como valor de uso para o trabalho e como valor de troca para o capital, desenvolvem-se, necessariamente e de maneira antagônica, dois processos de valorização autônomos e independentes, quais sejam, o do trabalho e o do capital.

A prova da ocorrência destes processos de valorização, bem como de sua tendência inexorável a produzir dois sujeitos politicamente contrapostos, seria a socialização cada vez mais intensa das categorias do lucro e do salário, que devem ser estudadas como categorias do processo de circulação. Antes mesmo disto, Marx já teria apontado para a necessária característica subjetiva assumida pelo processo, ao enunciar que “*a produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é então um produto fundamental do processo de valorização de capital*” (MARX, 2001, p.475). No caso específico da teoria do lucro, teríamos o reconhecimento, por Marx, de uma nova qualidade da exploração contida na expansão social da mais-valia. Tal qualidade

“Não pode ser simplesmente definida, nem relacionada com os valores produzidos no processo de trabalho: é também constituída, gratuitamente, pela totalidade do trabalho social – isto é, o trabalho que preserva o valor do capital assim como o que vem a ser enriquecido na cooperação das amplas massas, o trabalho que segue o potencial científico da sociedade assim como o que resulta do simples incremento da população” (NEGRI, 1991, p.87).

O lucro é, pois, a mais-valia destacada do processo imediato de sua produção que, assumindo a forma monetária, é capaz de auto-valorizar-se no processo de circulação pela incidência dos juros. A esta forma de socialização/auto-valorização da mais-valia através de uma “grande circulação” no mercado mundial, contrapõe-se a socialização do trabalho necessário, indispensável para a reprodução dos trabalhadores enquanto tal. As exigências do trabalho necessário são realizadas através da “pequena circulação”, na qual as mercadorias seriam transformadas em valor de uso para o trabalho. Segundo Negri, a lei da queda tendencial na taxa de lucro evidencia que estas exigências do trabalho necessário são rígidas e expansivas, o que é mais um reforço da tese da auto-valorização proletária:

Esta é a hipótese de que a quantidade de valor da parte necessária do dia de trabalho é não apenas mais e mais rígida, mas também tende a valores maiores e, portanto, tende a diminuir – subjetivamente, ativamente – a quantidade de mais-valia que pode ser extorquida. A soma de trabalho necessário é rígida e precisamente nesta rigidez que estão baseadas as possibilidades para uma maior valorização da parte da classe, para uma auto-valorização da classe trabalhadora e do proletariado”. (NEGRI, 1991, p 101)

O capital não apenas está confrontado com o trabalho necessário, mas *precisa* considerá-lo como uma grandeza fixa, sem o que é impossível mensurar a mais-valia extraída. A expansão para o mercado mundial e a automatização da produção são reflexos da necessidade de se aumentar a mais-valia proporcionalmente ao valor do trabalho necessário. Contudo, estas iniciativas contornam momentaneamente a contradição, ao mesmo tempo em que criam condições para que ela se reproduza em escala cada vez maior. Diz Marx que:

“nesta circulação o capital se expele de si mesmo constantemente enquanto trabalho objetivado, para assimilar o ar que necessita para viver: a força viva do trabalho; no que diz respeito ao consumo do trabalhador, este consumo só reproduz uma coisa; o trabalhador mesmo enquanto capacidade viva de trabalho”. (MARX, 2001: 568).

Em outros termos, podemos dizer que as expansivas necessidades de acumulação do capital correspondem, de maneira antagônica, a uma expansão das necessidades sociais. A rigidez desta expansão tem como pressuposto a luta de classes: à medida que avança a organização e a força política da classe trabalhadora, estas necessidades não apenas se ampliam, mas sua satisfação passa a ser forçosamente exigida. O processo de auto-valorização do trabalho necessário será entendido como o autêntico limite, ao mesmo tempo econômico e político, do capital, pois é imanente tanto à crise quanto ao crescimento capitalista: “*na prática, apenas a liberdade do trabalho necessário, a criatividade do trabalho aplicada a si mesmo, sua força ao mesmo tempo criativa e destrutiva, constitui o limite real do capital e sua abertura, causa recorrente de crise (...)*” (MARX, 2001, p.102). Mas em que momento, poderíamos perguntar, a criatividade do trabalho se aplica *livremente* a si mesma?

O grau de liberdade com que o trabalho cria suas próprias necessidades e luta por satisfazê-las depende da ruptura com as mediações ideológicas que *representam* a produção como fruto do poder produtivo do capital e instauram um quadro de passividade política. No entanto, afirmar que tal liberdade tende a se intensificar progressivamente no próprio processo de trabalho será de fundamental importância para os operaístas e autonomistas, interessados em desenvolver uma teoria da libertação que não dependa das mediações institucionais - sindicatos, partidos e, em última análise, o poder do Estado -, da sociedade capitalista, que funcionariam inelutavelmente sob a lógica representativa. Para Altamira, a preocupação central do Operaísmo

“Voltava-se para resolver a relação entre subjetividade teórica militante e o movimento de massas, este último entendido como relação interna e não de externalidade, como propunha a concepção leninista do sujeito político. (...) A busca permanente por uma teoria da organização que desse conta, ao mesmo tempo, da nova composição de classe, bem como da capacidade de desenvolver o movimento revolucionário excluindo as mediações institucionais”. (ALTAMIRA, 2008 p. 122).

Dito de outra maneira, usando termos da produção posterior de Negri: trata-se de colocar a potência constituinte do trabalho vivo como contra-poder progressivo, autônomo e tendente a

abolir a dominação do capital<sup>9</sup>. A potência do trabalho vivo, portanto, enquanto se expressa em trabalho socialmente necessário, é *expansiva*, como já se disse: está ligada às próprias modificações produtivas do capital à medida que constitui uma totalidade de necessidades, comportamentos e valores. Estes valores, comportamentos e necessidades seriam, para Negri, adquiridos ao longo da luta de classes, o mesmo que “*um desejo subversivo de insurreição*” (NEGRI, 1991, p.137).

Assim, a hipótese de Negri, a exemplo de Tronti e Bologna, será a de que o processo de subsunção real, pelos fatores acima descritos, cria as condições de possibilidade para a emergência da subjetividade revolucionária autônoma. E o texto marxiano não se detém, segundo os teóricos, apenas na definição negativa do processo de auto-valorização proletária. O “Fragmento sobre as Máquinas” representaria o ponto alto dos *Grundrisse*, justamente por que ali haveria uma definição real desta subjetividade. Em que se baseiam estes autores, portanto, para confirmar sua hipótese?

O texto de Marx – depois recuperado no manuscrito de 1864, sobre o processo de subsunção do trabalho ao capital – fala sobre a convergência de duas tendências contraditórias: a crescente incorporação do conhecimento científico ao processo produtivo e a tendência de socialização do trabalho, caracterizada pelo fato de o produto do trabalho ser cada vez mais um produto da atividade produtiva social, ou seja, cada vez menos a obra de um trabalhador individual. A substituição do trabalho direto pelo “trabalho científico geral” liberaria a coletividade do tempo de trabalho necessário, ao passo que o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade tenderia a expandir as necessidades sociais ao infinito. A redução ao mínimo do tempo de trabalho necessário, passando o trabalhador a desenvolver funções de regulação e vistoria, nas quais a separação entre tarefas intelectuais e manuais não mais caberia, levaria a uma dificuldade para se mensurar a mais-valia. Por isso, o valor de troca passaria a ser uma categoria meramente política, decorrente da autoridade do capital, “*a forma do valor é puro e simples comando, a pura e simples forma da política*” (NEGRI, 1991, p.148).

Este processo cria, além disto, as condições para a emergência de uma nova individualidade, ao mesmo tempo plenamente socializada e voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas aptidões. Seria este indivíduo social, que se auto-desenvolve de maneira ilimitada, o produto do que Marx chama de *General Intellect*: a inteligência socializada aplicada à produção liberta a coletividade do trabalho, para que ela possa recuperar seu tempo de vida fruindo da totalidade da riqueza social. Como diz Negri, a *recusa do trabalho* torna-se, pois, o ponto de vista do trabalhador, o caminho da liberação e do comunismo. O novo sujeito social criaria para si (constitui) uma nova forma de poder que, não mais sustentada no valor de troca e na representação, abre-se para a perspectiva da auto-valorização expansiva e coletiva. Deste modo, diante de um novo modo de produção, a perspectiva de disputa pelo controle do aparelho de Estado, através de instrumentos representativos como partidos e sindicatos, ao que parece, não mais se coloca, pois a auto-valorização tenderia à auto-organização comunal.

## **Trabalho Imaterial e Hegemonia do *General Intellect***

Anos mais tarde, o trabalho intelectualizado que emergia da análise dos *Grundrisse* torna-se, para Negri, não apenas uma realidade empiricamente observável, como também uma categoria tendente à hegemonia. Esta é a tese que se encontra em *Trabalho Imaterial*, coletânea publicada

---

<sup>9</sup> O desenvolvimento da luta pelo salário seria expressivo neste sentido. Cf. NEGRI, op. cit., p. 131.

no Brasil em 2001, que reúne textos de Antonio Negri e Maurizio Lazzarato da década de 1990.

No artigo *Trabalho Imaterial e subjetividade*, Negri tem como ponto de partida aquilo que entende ser a derrota do operário fordista. Para o autor, estaríamos vivendo em um contexto de crescente centralidade de um trabalho vivo intelectualizado. Isto se daria pelo fato de que, na grande empresa reestruturada, o trabalho do operário estaria se tornando, cada vez mais, um trabalho que implicaria, em diversos níveis, a capacidade de escolher entre diversas alternativas: um trabalho de gestão da informação, de capacidades de decisão, de controle, que o autor define como “*atividade abstrata ligada à subjetividade*” (NEGRI, 1991, p.25). Ao adotar esta definição, contudo, o teórico ressalta que não está se referindo apenas aos trabalhadores mais qualificados, em que, segundo o autor, o “modelo comunicacional” já estaria determinado. Será

“No jovem operário, no trabalhador precário, no jovem desocupado que Negri irá identificar uma virtualidade presente no valor de uso da força de trabalho e mais genericamente da forma de atividade de cada sujeito produtivo na sociedade pós-industrial”. (Idem, p. 26)

Esta virtualidade significaria uma capacidade ainda indeterminada, mas que já conteria todas as características desta nova subjetividade produtiva. No ciclo do trabalho imaterial, que passaria a ocupar papel estratégico na organização global da produção, se afirmaria uma nova potência libertadora do trabalho, uma vez que tal ciclo “*é pré-constituído por uma força de trabalho social e autônoma, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa*” (NEGRI, 1991, p.26). Na esteira das teses que afirmam a rigidez e expansividade do trabalho necessário, a consolidação de tal força autônoma do trabalho seria produto de lutas operárias e sociais dos anos 1970, de oposição à retomada da iniciativa capitalista pós-crise. Assim, esta força de trabalho como “*condição rica de capacidade e de criatividade, cujo valor de uso pode ser facilmente expresso por meio de um modelo comunicacional*” (NEGRI, 1991, p.27) pode ser verificada, segundo Negri, a partir da compreensão de duas condições que estariam na base do desenvolvimento da sociedade pós-fordista: 1) o trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em “intelectualidade de massa” e 2) a intelectualidade de massa tendente a transformar-se em um sujeito social e político.

Para o teórico italiano, a primeira condição já estaria verificada, em parte, através da sociologia do trabalho. Mas a segunda condição não seria ainda verificável. Isto indica que o desafio da definição do sujeito revolucionário, vivenciado nos anos 1970, persiste. Para avançar na direção da superação deste desafio, portanto, o autor procura dar substância a esta noção de “intelectualidade de massa”. O caminho é identificar no *General Intellect* de Marx um paradoxo: no momento em que o capital subordina e subsume toda a sociedade, a relação de produção seria cada vez menos uma relação de subordinação ao capital: “*hoje, os sujeitos produtivos se constituem, tendencialmente, primeiro e de modo independente da atividade empreendedora capitalista*” (NEGRI, 1991, p.31). O empreendimento capitalista vê, portanto, as suas características constitutivas tornarem-se puramente formais. Em outros termos, o capital exercitaria hoje sua função de controle e de vigilância externamente ao processo produtivo, porque o conteúdo do processo pertenceria sempre mais a outro modo de produção, à cooperação social do trabalho imaterial. Neste sentido é que Negri afirma que é o trabalho que passa a definir, cada vez mais, o capitalista.

A nova composição de classe apareceria mais claramente através dos estudantes, que seriam o trabalho vivo intelectualizado em estado virtual. Como já dito, Negri tem o movimento estudantil como estímulo e exemplo para as suas formulações em torno de uma potência autônoma ao capital. Em 1968, Negri observa um movimento operário e sindical caudatário do movimento dos estudantes, “*sempre irrompendo nas brechas abertas por estes movimentos*” (NEGRI, 1991, p.32). As mobilizações estudantis, ainda que breves e desorganizadas, teriam um potencial maior, já que os estudantes atingem *imediatamente* o nível político. Isto porque, em que pesem as relações de poder que atravessam a universidade e a escola, como apontava o próprio Foucault, seu desenvolvimento subjetivo não estaria preso às articulações do poder capitalista. Por esta razão, a “intelectualidade de massa” se constituiria sem ter que passar pela “maldição do trabalho assalariado” (NEGRI, 1991, p.32). Seriam sujeitos capazes, portanto, de um projeto autônomo.

É neste contexto que se desenvolve o que o autor irá chamar de “nova metafísica dos poderes e dos sujeitos”. O maio de 68 para Negri é a demonstração da resistência tal como deve ser na sociedade pós-industrial, onde os focos dessa resistência são múltiplos, heterogêneos e transversais em relação à organização do trabalho e às divisões sociais. É aqui que chegamos a nossa questão central. Para o autor de *Multidão*, o movimento dos estudantes e das mulheres – que abriram e fecharam esse período – são característicos, na sua forma e no seu conteúdo, de uma relação política que parece evitar o problema do poder de Estado. Estes movimentos autorizam Negri a romper com todas as interpretações dialéticas do processo revolucionário, dando lugar à lógica tendencial antagonística. Seu desafio político e teórico, pois, passa a ser “(...) *definir a separação do movimento de autovalorização proletária, como encadeamento positivo e autônomo do sujeito de produção imaterial*” (NEGRI, 1991, p.34).

A tese de Negri apóia-se na configuração de novos antagonismos na sociedade pós-industrial, em que a contradição deixa de ser dialética e passa a ser alternativa. Em outras palavras, a relação de produção de subjetividade se daria para além do antagonismo, seria constitutiva de uma realidade social diferente. A “intelectualidade de massa” que, em suas palavras, “*não tem necessidade de passar pela organização do trabalho para impor sua força*”, se constitui como “relação para si”, dimensão alternativa às relações de poder e de saber em termos foucaultianos (NEGRI, 1991, p.35). Se, antes, a idéia de vitória das forças antagonistas se materializava a partir de um projeto de “transição”, hoje, para Negri, em um contexto, segundo ele, pós-industrial, onde o *General Intellect* é hegemônico, não haveria mais “[...] *lugar para o conceito de ‘transição’, mas somente para o de ‘poder constituinte’*” (NEGRI, 1991, p.35). O interesse do autor, assim, não estaria nas contradições que opõem trabalhadores e patrões, mas nos “*processos autônomos de constituição de subjetividade alternativa, de organização independente dos trabalhadores*” (NEGRI, 1991, p.36).

### **Que fazer a partir da definição do sujeito revolucionário para além do trabalho e do poder?**

Os fundamentos teóricos de que falamos modificaram as concepções de organização e de ação política, do sujeito político revolucionário e do projeto estratégico. Desde os anos 1970, contudo, a pergunta pela definição do sujeito revolucionário permaneceu sem resposta para Negri, até a recuperação do conceito spinoziano de multidão. A defesa de um poder constituinte autônomo e alternativo como projeto distinto de uma idéia de transição traz à tona justamente o tema da tomada do poder e perpassa a discussão sobre o estigma que carrega o termo massa, ao qual o

conceito de multidão serviria de contraponto.

A novidade da multidão estaria no redirecionamento da dinâmica de exploração capitalista que teria se voltado hoje para a exploração da cooperação. Esta mesma cooperação seria um fator favorável à constituição de redes de resistências. Mas, se nos debruçarmos sobre as teses de Marx acerca do trabalho vivo, veremos que as redes de colaboração de que fala Negri, associadas a este conceito, não implicam um potencial de resistência. As formas colaborativas de trabalho permanecem extremamente atreladas às suas formas expropriadoras. Isto porque “*os indivíduos que constituem a classe dominante (...) dominam também como pensadores, como produtores de idéias, regulam a produção e distribuição de idéias do seu tempo*” (MARX, 1982, p.39).

O argumento de Negri em defesa de um trabalho vivo como rede de resistência se apóia na conformação e relação social do trabalho. Portanto, além das relações de produção que estariam se convertendo em colaboração, a hegemonia da inteligência, através da informatização da produção, traria em si a tendência ao fim da alienação no trabalho, à medida que o trabalho, segundo Negri, converte-se em “modo de expressão produtiva”, na direção do *General Intellect* de Marx. Assim Negri, em *5 Lições sobre Império*, procura sustentar a crença de que a multidão, diferente das massas, é organizada. Mas de imediato, lança a questão: “*na perspectiva do poder, [...] o que fazer com a multidão?*” (NEGRI, 2003, p.126). A resposta está no conceito spinoziano de democracia absoluta. A democracia absoluta da multidão teria como pressuposto a noção de antipoder: resistência, insurreição e poder constituinte. Um antipoder, que, mesmo na visão de Negri, teria algumas limitações quando restrito a somente uma de suas dimensões. Segundo o autor, “*a resistência pode ser uma arma política poderosa, mas atos individuais isolados de resistência nunca conseguem transformar as estruturas de poder*” (NEGRI, 2003, p.133). Limitações estas, porém, que não impedirão Negri de afirmar mais tarde, em *Multidão*, o primado da resistência como exercício biopolítico dos nossos tempos.

Diante desta multidão, descrita por Negri como “[...] *corpos [...] refratários às forças da disciplina e da normalização*” (NEGRI, 2003, p.137), levantamos o mesmo desafio do autor: como avançar no projeto de poder, sem pautar o tema da organicidade revolucionária? Para Negri, seja em *5 Lições*, seja em *Multidão*, não seria por via de qualquer potência organizadora externa. Isto porque a forma de atuação da multidão carregaria *em si* a democracia. Em outras palavras, a causa da ação da multidão é um processo. A multidão, por si só, é um processo imanente de antipoder. Algo que tem como base a identificação, a nosso ver equivocada, entre qualquer forma de representação e mediação da ação política e a burocratização ou captura desta atividade. Daí porque Negri chama de “movimento dos movimentos” aquilo que considera a nova configuração dos processos de organização de sujeitos democráticos capazes de expressar potência política (NEGRI, 2003, p.148). Isto porque, para Negri, “[...] *os partidos morreram e estão sepultados [...] são os movimentos que expõem os problemas e sugerem a solução*” (NEGRI, 2003, p.239). Por esta razão, sugere que o método revolucionário fique imerso no processo histórico, na “*imanência do processo e, portanto, da pulsação biopolítica do próprio processo*” (NEGRI, 2003, p.244).

As raízes desta concepção estão em Spinoza e podem ser entendidas a partir da teoria spinoziana do *conatus*, em especial na proposição 7, da parte III da *Ética*: “*o esforço pelo qual cada coisa se esforça por perseverar em seu ser nada mais é do que a sua essência atual*”. No *Tratado Teológico-Político*, podemos observar um exemplo de como o *conatus* se expressa na dimensão sócio-histórica, quando Spinoza afirma que

“O direito natural de cada homem determina-se, portanto, não pela razão, mas pelo desejo e pela potência. Nem todos, com efeito, estão naturalmente determinados a agir segundo as regras e as leis da razão. (...) E, todavia, têm entretanto de viver e conservar-se por todos os meios de que dispõem (...). Veremos com toda a clareza que, para viver em segurança e o melhor possível, eles tiveram forçosamente de unir-se e fazer assim com que o direito natural que cada um tinha sobre todas as coisas se exercesse coletivamente e fosse determinado, já não pela força e pelo desejo do indivíduo, mas pelo poder e pela vontade de todos em conjunto.” (SPINOZA, 2003, p. 237-239)

Daí poder-se-ia extrair a seguinte afirmação spinoziana: a potência da multidão é uma potência de auto-organização<sup>10</sup>? Para Negri, a liberdade e seu exercício como um modo de vida é a própria resistência. Contudo, faltaria discutir, com base em Spinoza, os dispositivos imaginativos e afetivos de alienação política, que separa a multidão da autonomia, como nos mostra Laurent Bove em *La Stratégie du Conatus* (1996).

Os precedentes spinozianos desta discussão ganham concretude no Apêndice da parte I:

“(...) Com efeito, disso se segue, em primeiro lugar, que, por estarem conscientes de suas volições e de seus apetites, os homens se creem livres, mas nem em sonho pensam nas causas que os dispõem a ter essas vontades e esses apetites, porque as ignoram. Segue-se, em segundo lugar, que os homens agem, em tudo, em função de um fim, quer dizer, em função da coisa útil que apeteçam. É por isso que, quanto às coisas acabadas, elas buscam, sempre, saber apenas as causas finais, satisfazendo-se, por não terem qualquer outro motivo para duvidar (...)” (BOVE, 1996, p. 65).

A despeito das contribuições de Spinoza para o tema, Negri parece suprimir de sua defesa da multidão tais receios. Ao contrário, Negri parece encontrar no conceito de multidão – conceito este que traz de novidade em relação à definição spinoziana justamente seu caráter de classe - a solução para aquilo que considera os preconceitos da modernidade. A multidão é um “(...) *ator social ativo de auto-organização*” (NEGRI, 2003, p.181). Seu propósito aqui é afastar justamente as noções de “massas” e “plebe”. Termos que remetem à idéia de forças sociais irracionais, passivas e facilmente manipuláveis, inexoravelmente capturadas em dispositivos representativos – incluindo partidos e sindicatos –, ou seja dispositivos de transcendência política. A “massa criança” de que fala Domenico Losurdo e que, segundo este autor, é compreendida como um estigma sobre as massas desorganizadas (LOSURDO, 2004).

A multidão, em Negri, deste modo, ainda que situada em meio aos conflitos sociais e de classe, não teria em instrumentos associativos como partidos e sindicatos as ferramentas capazes de exercitar a resistência. Resgatando a análise da constituição do sujeito em Foucault, Negri

---

10 Negri se apropria de proposições spinozianas para afirmar ser a multidão, em seus moldes pós-modernos, a expressão desta resistência imanente. Imanência esta que dispensa o partido como intervenção de fora, na esteira do que sugere Lênin. Segundo Lênin, “*Em si mesmas, (...) (as) greves (...) assinalavam o despertar do antagonismo entre operários e os patrões, mas os operários não tinham, nem podiam ter, a consciência da oposição irreconciliável entre seus interesses e todo o regime político e social existente. (...)Esta só podia ser introduzida de fora*”. LENIN, V. I. *Que Fazer*. In *Obras Escolhidas*. V.1. Lisboa: Edição Avante, 1981. p.101.

sustenta que “*as técnicas do poder tendem a construir o sujeito*” (NEGRI, 2003, p.181). No entanto, identifica a capacidade do sujeito de reagir a essas tecnologias no que chamou de êxodo, na resistência através da auto-construção. Assim, a resistência, na esteira do que sugere Foucault, assume caráter ético: o sujeito, através de métodos específicos de cuidado de si, atinge autonomia em face do poder. A exemplo disto, Negri cita a revolta de Seattle, em que uma multidão de singularidades se mostra como força subjetiva. Nas palavras de Negri, “*Seattle significa efetivamente a produção de uma ética contra o poder.[...] É um evento.*” (NEGRI, 2003, p.181). Negri, mais uma vez, não deixa de identificar limitações em eventos de antipoder<sup>11</sup>. Mas, “*tais limitações podem ser apenas obstáculos temporários, e esses movimentos podem descobrir maneiras de superá-los*”(HARDT; NEGRI, 2005, p.125-126)

Em *5 lições*, Negri chega a identificar a raiz destas limitações na ausência de distinção temporal e espacial do antipoder. O que Negri sugere é que os três elementos do antipoder devem se constituir em um dispositivo estratégico capaz de evitar a recuperação do poder capitalista.

Aqui chegamos a um impasse. Negri reconhece, ao fim de *5 lições*, a necessidade da organização e até mesmo leva em conta, ainda que de maneira tímida e fugaz, a intervenção de algo externo à multidão. Nesta direção, Negri levanta a hipótese de ser necessário “[...] *um demiurgo que torne real o evento, ou seja, uma vanguarda externa [...]*”(NEGRI, 2003, p. 215). Mas, do ponto de vista do *General Intellect* não haveria outra coisa “[...] *a não ser relação e processo*” ((NEGRI, 2003, p. 170). Este ponto merece atenção, dado que para reafirmar a figura do partido – e do partido leninista – Negri tem como premissas justamente a aceitação da hegemonia do trabalho imaterial e a manifestação do *General Intellect*.

Acreditamos que, a despeito de ponderações que faz acerca de possíveis utopias marxianas de emancipação humana a partir do *General Intellect*, Negri acaba por superdimensionar o potencial revolucionário da crise da lei do valor. Inovações em modelos de gestão da produção, tal como descreve Marx e o próprio Negri, têm se mostrado eficazes na busca por solucionar tal crise. Inovações estas que tentam superar a contradição entre o crescimento da produtividade, a queda de produção de mais-valia e a redução do tempo de trabalho necessário. Como ilustra bem Ricardo Antunes, “[...] *se o trabalho ainda é central para a criação do valor, o capital, por sua parte, o faz oscilar, ora reiterando seu sentido de perenidade, ora estampando a sua enorme superfluidade [...]*” (ANTUNES, 2005, p. 17)

Assim, o capitalista encontra meios de o trabalhador se depreciar – ao contrário de se auto-valorizar – diante do capital. Isto, ressalte-se, ocorreria não somente em relação ao trabalhador braçal, mas, como relata Antunes, esta precarização estaria atingindo “[...] *tanto os trabalhadores manuais como os trabalhadores intelectuais, que dispõem do que Bourdieu chamou de maior capital cultural, mas que também têm sido intensamente terceirizados.*” (ANTUNES, 2005, p. 34)

Assim – e aqui está nosso ponto central de preocupação –, não podemos, a partir do diagnóstico da crise da lei do valor – ou prognóstico – concluir que a vanguarda de um movimento

---

11 “Na medida em que continuarem a ser apenas movimentos de protesto, passando de uma reunião de cúpula a outra, não serão capazes de se transformar numa luta fundadora nem de articular uma organização social alternativa”. HARDT e NEGRI, 2005. pp 125-126.

revolucionário que pretenda o fim da luta de classes, a apropriação do tempo livre para o desenvolvimento de um indivíduo multilateral, como sugere Marx, ou seja, que o sujeito desta revolução se constitua *per se*, simplesmente porque possui capacidade de linguagem e de intelecto. É preciso uma centelha – não um demiurgo – que ative este sujeito, estabelecendo as relações entre a exploração vivida, a memória das lutas do proletariado e a perspectiva do novo modo de produção. Isto porque, para que o tempo livre de trabalho se constitua, de fato, em tempo de “expressão produtiva”, de criação com ímpeto libertador, é preciso que a redução da jornada de trabalho seja um dispositivo revolucionário de generalização do trabalho. Conforme escreve Marx,

“(…) o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais equitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade e quanto menos uma camada social possa furtar-se á necessidade (...) do trabalho, *transferindo para outra classe.*” (MARX, 2001, p. 602)

Deste modo é que podemos dizer que, enquanto a crise da lei do valor não adquire esta feição política de que fala Marx, o capital encontrará suas formas de solução dentro do próprio capitalismo. Tal como ressalta Antunes,

“Como o capital não pode se reproduzir sem alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ambos necessários para a produção das mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, eleva-se a produtividade do trabalho ao limite, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor.” (ANTUNES, 2005, p. 42)

Portanto, sem ofensiva política organizada por parte dos trabalhadores, podemos dizer que, da redução do tempo necessário de trabalho, deriva-se mais trabalho.

## **Considerações Finais**

Este trabalho sugere um desafio: identificar no trabalho intelectual ou imaterial o modo de produção hegemônico, portanto possuidor de uma potência de libertação. Potência esta que seria a soma de desejo de subversão e constituição de um novo modo de vida, ambos plenamente autônomos. Assim, estamos diante de uma caracterização do sujeito revolucionário a partir da posição que ocupa na cadeia de produção, de tal forma que, podemos dizer, para Negri, que o setor de serviços, de comunicação e informatização carregaria em si a tarefa de uma vanguarda esclarecida e criadora. Há, portanto, duas questões a serem enfrentadas: 1) quanto à própria caracterização sugerida por Negri, do trabalho imaterial como força hegemônica, algo que estaria

– façamos justiça à Negri –, relacionado à qualidade do trabalho e não à quantidade de sujeitos envolvidos em tais tarefas. Tese que não encontra, pois, contrapartida nas análises, ainda assim importantes, quanto ao número crescente ou decrescente do operariado. Ao contrário, requer uma confrontação em termos qualitativos, quanto à questão de onde estaria o real potencial de sujeito revolucionário: no operário ou no trabalhador intelectualizado; 2) quanto à possibilidade de superarmos o patamar de resistência como evento, pautando a necessidade de organização, inclusive via partidos e sindicatos.<sup>12</sup>

Quanto à primeira questão, cumpre não perdermos de vista que o conhecimento científico, intelectual, no modo de produção capitalista, é recurso de agregação do valor, de aumento da mais-valia e de reprodução das relações de dominação capitalistas. Deste modo, este trabalhador intelectual estaria inserido na mesma lógica de produção e de reprodução das relações de produção capitalista, em uma posição privilegiada na divisão do trabalho. Como dizia Marx

“A subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos níveis etários geram uma disciplina de caserna, que evolui para um regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão (...) portanto ao mesmo tempo a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores, em soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria.” (MARX, *O Capital*, II, p. 44,

*apud* LESSA, 2007. p.157)

Neste sentido é que Sergio Lessa irá recuperar as palavras de Marx, quando afirma que, nas sociedades de classe, “(...) o trabalho intelectual passa a ser a direção e o controle que se impõe do exterior do trabalho sobre os trabalhadores. É por isso que o trabalho intelectual e o trabalho manual ‘separam-se até se oporem como inimigos’” (LESSA, 2007. p.156). Portanto, a partir de Negri podemos re-pautar o debate em torno da figura da aristocracia operária, cuja criação de valor se dá via tecnologia e conhecimento. Este debate traz à tona a questão do potencial imanente que Negri atribui a este “trabalhador mental”. Algo que dispensaria a intervenção de algo externo a ele, pela característica de seu trabalho e pelas redes que dele são constituídas. Características que, para Negri, fazem deste trabalhador um sujeito com ímpeto libertador, dado seu patamar de liberdade criadora, desenvolvido no processo de produção. Questão problemática para nós, tendo em vista que a invenção intelectual ainda se apresenta, no capitalismo, como máquina-ferramenta voltada para a demanda do capitalista. Demanda esta por mecanismos de aumento de acumulação de seu capital. Em outras palavras, a técnica criada, a partir de um engenheiro de computação, por exemplo, constitui-se em meios de produção necessários para o ciclo e processo de reprodução do capitalismo. A invenção, portanto, se apresenta neste contexto como mais uma mercadoria e serve como motor para a criação de novas mercadorias. Isto se dá, principalmente, pelo processo contínuo de obsolescência dos produtos de

---

<sup>12</sup> Importante ressaltarmos que, quando falamos da importância de partidos e sindicatos, não estamos sugerindo uma relação entre movimentos de resistência e esses organismos, tal como ilustra Negri em *Trabalho Imaterial*, em que “a recusa de toda a manipulação sindical e política se junta, de fato, a uma utilização (sem problemas) dos circuitos sindicais e políticos;” e, em que, “os sindicatos, como todos os lugares institucionais, são considerados, ao mesmo tempo, adversários e lugar de comunicação.” (NEGRI, Antônio. *Trabalho Imaterial*, p. 37). Pensamos que Negri, ao ver nestas características indicações da constituição de um sujeito político, pode dar ensejo à defesa de relações utilitárias e pragmáticas entre movimento e organizações.

mercado, na linha da flexibilização da produção, via palavras-açúcar como *qualidade total*.

Disto se extrai que identificar no *General Intellect* o ponto forte para a constituição de um sujeito político, a multidão, é negligenciar o vínculo ideológico, imaginativo e afetivo entre o produtor e a sociedade capitalista. Daí partimos para a segunda questão. Diante do quadro de alienação daqueles que produzem conhecimento e que, portanto, compreendem sua atividade como desenvolvimento de um poder que lhes é externo, o do capital, a noção de um sujeito revolucionário autônomo parece ficar comprometida. Isto porque, ainda que admitíssemos a existência, e, com isto, a imanência das condições estruturais sugeridas por Negri, como a de tendência à centralidade da imaterialidade do trabalho, o autor está tratando de hegemonia e de resistência. Elementos estes que, ao se apresentarem como potência, através da categoria simbólica *multidão* e por meio do evento, do *Kairós*, situam-se no plano da política, não podendo, portanto, possuir em si uma imanência capaz de tornar esta multidão um sujeito revolucionário antagônico e autônomo ao capital. Podemos supor que Negri reconheça o papel da teoria como fator politizador, razão pela qual identifica no intelecto um dispositivo criador de desejo de subversão. Assim, a teoria aparece para Negri, tal como em Lênin, como instrumento capaz de consolidar a luta entre capital e trabalho, ainda que entre dois sujeitos que tendem à mútua destruição. Mas será possível afirmar que esta teoria é fruto de um agenciamento espontâneo ou, tal como a própria teoria de Negri, requer elaboração crítica e testemunho, a partir da experiência prática? Em que medida o partido perdeu seu papel de intelectual coletivo, tal como formulou Gramsci?

Acreditamos que Negri acaba por ver *hegemonia* e *resistência* como dispositivos engrenados na crise do capital e na lei tendencial da queda da taxa de lucro. De tal modo que o *general intellect* se converte em intelecto comum em um movimento evolutivo em face da crise do valor. Algo que pode levar Negri à armadilha do economicismo que ele tanto critica. Entendendo a hegemonia tal como sugere Gramsci, como força e consentimento, e a resistência, conforme as proposições de Spinoza, como capacidade do homem de auto-organizar o mundo conforme sua busca por perseverar na existência, vemos que a luta política requer tarefas mais metódicas, sistemáticas e habituais. Se recorrermos, de maneira séria e cuidadosa, a Spinoza, um pensador frequentemente mobilizado por Negri, veremos que o projeto de autonomia, tal como sugerido na *Ética*, a partir do terceiro gênero de conhecimento, está diretamente associado à noção de *habitus*, como capacidade de ligar as afecções de modo a produzir o máximo de afetos ativos. Estaríamos, portanto, em um grau de experimentação da razão, em que a compreensão da coisa se dá pelo conhecimento de seu regime de produção. Em termos spinozianos, esse projeto de autonomia muitas vezes se opõe ao temperamento, *ingenium*, da multidão, sendo possível instaurá-lo apenas a partir de uma ordenação e concatenação da experiência afetiva e imaginativa (hábito) *oposta* a este *ingenium*. Assim, para que um sujeito político consiga a adesão de seus iguais e persevere diante dos desafios e adversidades imposta por seu adversário, recuperamos o debate acerca da necessidade de pensarmos a organização da classe trabalhadora de modo a que a luta revolucionária adquira feições de hábito e não somente de evento.

A despeito, portanto, de compreendermos um Negri atento à dimensão da luta de classe como determinante para o tema da revolução, há que se questionar sobre em que medida Negri dá um salto da crise do valor para a potência criadora, de modo a olhar as mudanças ocorridas na produção como suficientes para gerar saltos libertadores e emancipadores no plano da subjetividade. Diríamos que, assim como Marx parte da crise do capital para desenvolver seu esboço de *O Capital*, Negri parte da crise dos partidos, para desenvolver o esboço do que seria, mais tarde, a multidão.

Artigo recebido em 18/12/2009. Aprovado em 24/02/2010

## Referências

ALTAMIRA, César. *Os Marxismos do Novo Século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOVE, Laurent. *La Stratégie du Conatus -Affirmation et Résistance chez Spinoza*. Paris: Librairie Philosophique J Vrin, 1996.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multidão – Guerra e Democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LENIN, V. I. *Que Fazer?* In *Obras Escolhidas*. V.1. Lisboa: Edição Avante, 1981.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LOSURDO, Domenico. *Democracia e Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

MARX, Karl. *Feuerbach I*. In: *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições Avante!, 1982.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 17º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política: Borrador (1857-58)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

\_\_\_\_\_. *Economic Manuscripts 1861-64: Draft Chapter 6 of Capital*. In: Marx- Engels Collected Works. v. 34. Em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/economic/index.htm>

NEGRI, Antônio. *Marx Beyond Marx – Lessons on the Grundrisse*. New York: Autonomedia, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Poder Constituinte*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. *5 Lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ROSDOLSKI, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SPINOZA, Baruch. *Tratado Teológico-Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.